



**ATA 1907ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, realizou-
2 se a milésima noningentésima sétima reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional
3 de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram
4 presentes 17 (dezessete) conselheiras(os), sendo estes efetivas(os) e suplentes, a
5 seguir indicadas(os): Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow,
6 Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Joari
7 Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira
8 Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Dario Henrique Teófilo
9 Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Livia Gonsalves Toledo, Mirnamar Pinto da
10 Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sergio Augusto Garcia Junior. Também
11 estiveram presentes os gestores das Subsedes de: Assis, Edgar Rodrigues, Bauru,
12 Márcio Magalhães da Silva, Grande ABC, Reginaldo Branco da Silva, São José do Rio
13 Preto, Laura Lúcia dos Santos Leher. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1)**
14 **Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência das(os)
15 demais conselheiras(os): Adriana Eiko Matsumoto, Janaína Leslão Garcia, Marília
16 Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Bruno Simões
17 Gonçalves, Camila Teodoro Godinho, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Sandra
18 Elena Sposito e Silvio Yasui. **II) RESOLUÇÃO DO CRP SP SOBRE EXERCÍCIO**
19 **IRREGULAR/ILEGAL DA PROFISSÃO** – Luiz Eduardo Valiengo Berni comenta que há
20 muitos profissionais com problemas com sua inscrição. Quando a Comissão de
21 Orientação e Fiscalização – COF identifica estes casos, despacha para apuração de
22 exercício ilegal da profissão. O jurídico recebe essas demandas e o retorno, em termos
23 de penalidade para esses profissionais, em geral, é o pagamento de cesta básica.
24 Devido ao elevado número desses casos, a COF criou um Grupo de Trabalho
25 composto por: Maria da Piedade de Araújo Melo, a assistente técnica Dalva Chaves e a
26 assessoria jurídica do CRP, para fazer estudo relativo ao exercício ilegal e ao exercício
27 irregular da profissão, pois ainda gerava dúvidas as distinções entre essas duas
28 possibilidades. Esse GT, então, elaborou uma proposta de Resolução com o objetivo de
29 instituir um procedimento formalizado do CRP SP. Essa Resolução terá como finalidade
30 regular os procedimentos a serem adotados nos casos de Exercício Irregular ou Ilegal
31 da Profissão de Psicóloga(o). A assistente técnica Dalva Chaves fez a apresentação da
32 minuta de Resolução e explica aos presentes o modo como essa funcionará nos casos
33 identificados como exercício irregular e exercício ilegal, bem como os respectivos
34 processos (Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, Processo Disciplinar Ético - PDE
35 ou Processo Disciplinar Ordinário - PDO). Após essa explanação, o plenário teceu as
36 seguintes considerações: Sobre a nomenclatura do documento: Questiona-se se o CRP
37 SP possui base legal para publicação de Resolução com esse mérito. Maria Ermínia
38 Ciliberti conta que outros conselhos não publicam resolução, mas sim um documento



39 que é publicado em Diário Oficial com nomenclatura similar a “norma” ou “nota”. Houve
40 defesa pelo formato de Resolução para perenizar o procedimento interno do CRP SP,
41 principalmente nos momentos de troca de gestão. Também se esclareceu que no CRP
42 não há um trâmite formalizado de como a COF atua. Essa resolução estadual registrará
43 o que já é previsto por Resolução Nacional em caso de descumprimento de natureza
44 administrativa. Não é um documento que estabelece normas para o exercício da(o)
45 psicóloga(o), mas sim regulamenta procedimentos administrativos da autarquia. Com
46 relação ao teor: **a)** Repensar os casos de profissionais que estão atuando em outro
47 estado com a inscrição secundária, pois foge da jurisdição deste Regional. Quando fala
48 que a pessoa é inscrita no CRP SP, foi sugerido alterar para: “por a(o) psicóloga(o) se
49 estiver com inscrição ativa em outro regional, mas atuar na jurisdição do CRP SP”; **b)**
50 Houve dúvida sobre como abrir processo ético nos casos em que os profissionais não
51 fizeram o registro, visto que nesse modo deve ser acionada a justiça comum; **c)** O que
52 se chama de TAC é algo semelhante ao termo de fiscalização. Se a(o) psicóloga(o) não
53 se regulariza, temos um instrumento para utilizar. O TAC tem essa função que já é
54 praticada pelo CRP, pois tem o mesmo papel do Termo de Orientação; **d)** Artigo 6,
55 alínea B e C define que nos casos que as(os) psicólogas(os) fizeram reativação da
56 inscrição, o instrumento a ser utilizado é o TAC, sem encaminhar para PDO. A
57 coordenadora técnica do Departamento da Comissão de Ética, Luciana Mantovani,
58 comenta que a situação do PDO não está prevista em resolução e questiona sobre a
59 questão dos recursos. Sua sugestão é de que não seja previsto PDO para essa
60 situação: profissional que reativou a inscrição, mas ficou durante algum período
61 cancelado. A mesa diretora pondera que, de acordo com a proposta de resolução,
62 aquela(e) que se regularizou tem tratamento mais rigoroso do que aquele que não se
63 regularizou junto ao CRP SP, quando é aplicado o TAC. Posto isso, sugere que antes
64 de abertura de PDO, que seja feito TAC, informando que a falta não pode se repetir e,
65 caso ainda haja reincidência, se abre o processo; **e)** O Artigo 8 versa sobre multa para
66 quem estava irregular, o que não está previsto em nenhum outro lugar. Assim, é preciso
67 verificar se juridicamente isso é possível e clarificar no texto se a multa está prevista
68 como uma das penalidades ou se a pessoa está cometendo uma infração ética e é a
69 plenária quem delibera pela aplicação dessa penalidade. Outro apontamento sobre
70 essa mesma questão é relativa à aplicação de multas de acordo com o tempo de
71 inadimplência. Entende-se importante detalhar mais esse critério e se durante essas
72 etapas, qual o tempo que o profissional terá para se inscrever e se haverá diligência
73 para verificar se a(o) psicóloga(o) está atuando de forma regular; **f)** Sobre o Artigo 3,
74 item B, nos casos de inscrição suspensa ou cassada, a pessoa passou por Processo
75 Ético, tendo sido orientada e proibida de exercer a profissão. Assim, não deveria
76 receber a TAC, seguindo o fluxo proposto; **g)** No Artigo 4, item C, traz o termo “IES”,
77 mas em texto de Resolução não devem ser usadas abreviaturas, pois podem gerar
78 dúvida; **h)** Sugere-se também a inserção da Lei do Estágio (Lei nº 11.788, de 25 de
79 setembro de 2008), por ser uma norma em vigor; **i)** Corrigir o termo “Conselhos do



80 Brasil” por “Sistema Conselhos”; **j)** Inserir nos ‘Considerandos’ a demanda estadual, isto
81 é, o histórico de debates do CRP SP desde gestões anteriores nas reuniões de COF e
82 das Subsedes; **k)** No texto da resolução CRP sobre Exercício Irregular/Illegal retirar o
83 TAC do texto da Resolução e substituir por Termo de Orientação. **Encaminhamento:** A
84 Comissão de Orientação e Fiscalização irá alinhar os termos desse documento,
85 conforme apontamentos desta plenária, com a assessoria jurídica e apresentará a
86 proposta na próxima plenária. Após alterar a minuta, deverá consultar os membros do
87 plenário para conferir se as propostas foram contempladas e/ou esclarecidas.
88 Demanda-se à COF, também, que verifique qual o nome mais adequado para o
89 documento: “Resolução”, “Nota” ou outro. **III) ASSUNTOS FINANCEIROS** – O
90 conselheiro tesoureiro Guilherme Luz Fenerich informa aos presentes que o último
91 saldo em conta corrente nesta data é de aproximadamente R\$ 23.000.000,00 (vinte e
92 três milhões de reais), sendo que destes, uma grande parte está aplicado em CDB
93 (Certificado de Depósito Bancário). **3.1) Prestação de Contas IX COREP** – No Eixo 5
94 (O CRP-06 colaborou no processo de democratização do Sistema Conselhos de
95 Psicologia, por meio da ampliação de mecanismos de comunicação, de transparência,
96 de controle externo e participação da categoria e da sociedade junto ao CRP SP),
97 Macro-Ação 7 (Realizar as etapas do CNP no Estado de São Paulo) do Planejamento
98 Estratégico está orçada a ação “Realizar o 9º COREP”, no valor de R\$ 74.000,00
99 (setenta e quatro mil reais) e foram gastos R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais). Esse
100 déficit foi decorrente do grande número de eventos preparatórios que foram realizados.
101 Alguns já estavam programados e tinha ação específica com verba à parte destinada,
102 ou seja, não entraram nessa contagem. O gasto total do CRP, até esta data, para a
103 realização do IX COREP – Congresso Regional de Psicologia de São Paulo foi de R\$
104 596.000,00 (quinhentos e noventa e seis mil reais) e esta gestão havia orçado R\$
105 455.000,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil reais). Detalha os custos: a) locação
106 do espaço: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais); e, b) Internet, transmissão
107 on line e link: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais). Neste se inclui o *Sisconferência*
108 - *Sistema do Ministério da Saúde* para edição das propostas discutidas, que exigia uma
109 internet de 15 (quinze) *megabytes* de velocidade. O Conselho Federal de Psicologia foi
110 consultado sobre essa exigência e confirmou que o CRP deveria utilizar essa
111 velocidade mesmo. Trata-se de um custo não estava previsto. c) Hospedagem: R\$
112 82.000,00 (oitenta e dois mil reais); d) Refeição: R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil
113 reais); e) Transporte: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais); f) Material de
114 divulgação: R\$ 67.000,00 (sessenta e sete mil reais). Considerando que havia 262
115 (duzentos e sessenta e duas) pessoas presentes (delegados, estudantes e
116 convidadas/os), o custo por participante foi de R\$ 2.276,00 (dois mil, duzentos e setenta
117 e seis reais). Como comparação informa-se que na última edição (VIII COREP), que
118 contou com 197 (cento e noventa e sete) delegadas(os) presentes, o valor por
119 participante foi de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais). A lei prevê que não
120 precisaria de licitação para contratação/locação de espaço, mas, ainda assim, foi aberto



121 o processo licitatório com fornecimento obrigatório de hospedagem e refeição. O custo
122 da refeição ficou por R\$ 77,00 (setenta e sete reais) por pessoa. Somando com a
123 locação e com a internet necessária, a despesa teve um grande aumento em relação
124 ao orçado, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **3.2) Avaliação**
125 **Política** - A apresentação feita pela Comissão Organizadora do IX COREP incluía
126 análise comparativa das últimas 5 (cinco) edições desse Congresso. A proposta desta
127 gestão era garantir um Congresso com maior participação, o que foi contemplado.
128 Houve um aumento significativo de delegadas(os). Ao todo, 234 (duzentos e trinta e
129 quatro) se credenciaram, mas, infelizmente, muitos não ficaram até o final – no
130 encerramento se contabilizou quórum de 213 (duzentos e treze) delegadas(os). **Pontos**
131 **negativos identificados pelo plenário:** a) O modo de trabalho dos grupos não
132 garantiu a discussão política, pois as(os) delegadas(os) estavam pressionados a
133 olharem para a formulação do texto e fazer sistematizações, deixando, dessa forma, de
134 se pautar o debate político; b) O Sisconferência apresentava muitos erros, o que
135 dificultava o trabalho da secretaria nos grupos e na plenária do COREP. Entende-se
136 que teria sido mais produtivo ter utilizado o programa *Word*, o que também evitaria o
137 CRP tivesse esse alto custo com a contratação do sistema, que é extremamente falho;
138 c) Foi pouco produtiva a discussão quando se aglutinou os 3 (três) grupos de cada eixo.
139 Citou-se que devia ter sido adotado o método do último COREP, que é fazer um grande
140 grupo por eixo e nesses grupos se faz a subdivisão para garantir o debate e os
141 acordos. Do modo como foi feito nesta edição, se perde o que é prioridade. Acredita-se
142 no método democrático, mas no grupo não se cumpriu esse papel; d) Houve queixa de
143 delegada(o) de que os membros deste plenário não se identificaram como
144 componentes da gestão do CRP SP nos grupos de trabalho que participaram; e, e) A
145 realização de eventos preparatórios concomitante com pré-congressos dificultou o bom
146 andamento dos trabalhos da Comissão Organizadora do COREP. **Pontos Positivos**
147 **identificados pelo plenário:** a) A sistematização das propostas e divisão temática feita
148 pela Comorg foi um método que ajudou; e, b) Houve um aumento significativo de
149 participação nos Pré-congressos que, por consequência, garantiu o maior quórum de
150 todas as edições do COREP. **Análise do Plenário** - O papel da(o) conselheira(o) era
151 distinto do de delegada(o). Esta gestão envidou esforços no sentido de garantir a
152 democratização, mas há um método de fazer política que busca a segregação. Está
153 havendo desvalorização do processo democrático. Se a proposta é valorizar que seja
154 nesse formato, não significa que a metodologia adotada foi muito falha. O CRP perdeu
155 representação já no pré-congresso, porém São Paulo sempre se posicionou contra a
156 realização de pré-congressos temáticos. **Sugestões para a próxima edição:** **1.** Pensar
157 formas de qualificar e ampliar a participação a partir dos Pré-congressos. **2.** Adotar
158 novas metodologias de dinâmica mantendo o processo de construção democrática nas
159 defesas da Psicologia. **3.** Acompanhar o debate sobre a ampliação e mudanças de
160 participação social. **4.** Manter a sistematização das propostas. **5.** Propiciar espaços de
161 preparação e avaliação das(os) delegadas(os), antes e depois do COREP. Também o



162 CRP deve deixar mais claro o papel das(os) conselheiras(os) e gestoras(es)
163 delegadas(os) no COREP, que é de ajudar na condução do processo, favorecendo que
164 o coletivo de delegadas(os) do COREP vá ganhando o protagonismo ao longo do
165 processo. **6.** Sustentar nacionalmente que os Pré-congressos não sejam temáticos,
166 mas, ao mesmo tempo, pensar formas que aumentem a participação da categoria
167 nesses espaços em que são discutidas e aprovadas propostas. **7.** Rever a
168 representação de estudantes, pensando em tabela proporcional a utilizada com
169 delegadas(os), além de pensar em novas formas de sua participação.

170 **Encaminhamentos:** O plenário determina que seja amplamente divulgado o balanço
171 histórico do COREP e sua prestação de contas no site do CRP para a categoria e
172 incumbe a diretoria e Comissão Organizadora do IX COREP, eleita à época, de
173 produzir documento como a avaliação geral do CRP, feita neste momento pelos
174 presentes, relativa às etapas do IX CNP, para enviar ao conhecimento da Comissão
175 Organizadora Nacional. O conselheiro Luiz Eduardo Valiengo Berni se disponibilizou
176 em ajudar o grupo na construção dessa sistematização. **3.3) Outros assuntos**

177 **financeiros** – A conselheira Maria Ermínia Ciliberti solicita que sejam levantados os
178 dados que ela pediu em plenárias anteriores relativo a pontos financeiros e que ainda
179 não teve retorno. No que competia ao item “Saúde do trabalhador”, informa que fará
180 reunião com o conselheiro secretário José Agnaldo Gomes e trará o ponto para
181 discussão na próxima plenária. **Encaminhamentos:** Serão encaminhados para a
182 conselheira Maria Ermínia Ciliberti os materiais solicitados referente ao ponto assuntos
183 financeiros. O ponto “Saúde do Trabalhador” será pauta das plenárias ordinárias de
184 junho. **IV) REPRESENTAÇÃO DO CRP-SP NA FRENTE ESTADUAL**

185 **ANTIMANICOMIAL** – Na última plenária foi realizada discussão sobre a Nota da Frente
186 Estadual Antimanicomial, quando se decidiu pelo encaminhamento para discussão no
187 GT de Saúde Mental. Há uma avaliação negativa sobre a Nota da Frente sobre o
188 Ministro da Saúde que foi publicada e citava o Conselho Federal de Psicologia. Posta
189 essa situação, a conselheira presidente Elisa Zaneratto Rosa informa a necessidade de
190 o CRP garantir participação em um movimento social que se reconheça como um
191 espaço de militância da reforma psiquiátrica, mas sem fazer apologia a partidos. O GT
192 de Saúde Mental indicou Daniella Stazack de Araújo, Sergio Augusto Garcia Júnior
193 para serem representantes do CRP SP nas reuniões da Frente Estadual
194 Antimanicomial. Sobre a organização da frente em outras regiões fora da capital, foi dito
195 por Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso que a Frente da Baixada Santista tem tido um
196 bom funcionamento. Informa também que, na origem desse grupo, ele tinha relação
197 com a Frente Estadual, mas que atualmente o próprio grupo não reconhece essa
198 relação. Para o CRP SP, há uma importância política de que esses grupos regionais
199 estejam vinculados ao estadual, mas não há óbice em compor esse grupo.

200 **Encaminhamentos:** O CRP SP manterá sua representação na Frente Estadual
201 Antimanicomial, que terá como objetivo pautar a defesa da política pública e fomentar a
202 organização de coletivos antimanicomiais no estado. O plenário será representado por:



203 Daniella Stazack de Araújo, Sergio Augusto Garcia Junior. Ficam na condição de
204 suplentes: Elisa Zaneratto Rosa e Reginaldo Branco da Silva, gestor da Subsede
205 Grande ABC. Embora, Reginaldo Branco da Silva tenha desempenhado a função de
206 buscar aproximação com os movimentos antimanicomiais da região da Subsede do
207 Grande ABC, o plenário não se opõe que também represente o CRP SP Frente
208 Estadual. Acordou-se também que as pautas debatidas na Frente Estadual
209 Antimanicomial serão ponto permanente de discussão no CRP. A Mostra Estadual de
210 Práticas Antimanicomiais que será realizada pelo CRP em comemoração à Semana da
211 Luta Antimanicomial, poderá desencadear a avaliação sobre a política estadual de
212 saúde mental. **V) SEMANA DA LUTA ANTIMANICOMIAL** – A conselheira Elisa
213 Zaneratto Rosa solicita às subsedes reforço na divulgação da Mostra Estadual de
214 Práticas Antimanicomiais, evento estadual em comemoração ao Dia do Psicólogo. No
215 *site* do CRP SP foi inserido o contato de todas as subsedes que terão transporte
216 organizado para a participação na atividade. Além disso, há também Subsedes que
217 estão organizando atividades locais para essa comemoração e é importante que as
218 informações dessas atividades sejam encaminhadas ao departamento de comunicação
219 do CRP SP para divulgação no *site*. Para garantir a uniformidade e identidade desses
220 eventos, eles devem utilizar a arte criada para a mostra (arte dos passarinhos).
221 **Encaminhamento:** Todas as informações sobre as atividades que serão desenvolvidas
222 durante a Semana da Luta Antimanicomial deverão ser encaminhadas ao departamento
223 de Comunicação para que sejam inseridas no *site*. As subsedes deverão reforçar a
224 divulgação em suas regiões das atividades referentes à Semana da Luta
225 Antimanicomial. **5.1) Pedidos de Apoio para a Semana da Luta Antimanicomial** - A
226 mesa diretora informa à plenária que há diversos grupos solicitando apoio financeiro ao
227 CRP SP para participarem da Mostra de Práticas Antimanicomiais. Entende-se que
228 cada Subsede poderá organizar ônibus para garantir o deslocamento de todos os
229 movimentos interessados em inscrever suas práticas na Mostra. Essa demanda já
230 surgiu na região das Subsedes do Grande ABC e de Sorocaba. Se em outras regiões
231 também houver grupos interessados, o CRP SP poderá apoiar, mas dessa forma e cujo
232 custo deverá constar como “Apoio a movimento social (entidades, associações)” no
233 Centro de Custo. Portanto, o CRP SP não pode apoiar CAPS e Rede de Serviços. Ao
234 final foi questionado por Sergio Augusto Garcia Júnior sobre o apoio do CRP ao
235 transporte para o Ato do dia 18 de maio e foi explicado pela mesa diretora que o apoio
236 a que ele se refere é uma ação diferente do transporte da Mostra. O Ato do Dia 18 de
237 maio tem uma arte específica e também poderá ser uma ação de apoio financeiro do
238 CRP aos movimentos sociais, mas em sua divulgação deverá constar o CRP como
239 apoiador da ação, e não como promotor. **VI) NÚCLEO DE JUSTIÇA – 6.1) Oficina da**
240 **AASPTJ SP sobre PL 3792/15 (PL Maria do Rosário)** – A conselheira Regiane
241 Aparecida Piva informa que a Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do
242 Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - AASPTJSP chamou o CRP para
243 participar de Oficina que visa discutir o Projeto Lei 3792/15 (PL Maria do Rosário), que



244 estabelece o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas e
245 testemunhas de violência. O Núcleo de Justiça indicou dois representantes para
246 estarem na atividade, Regiane Aparecida Piva e Gisele Assoni, e o Núcleo de Criança e
247 Adolescente indicou outros dois, Gustavo de Lima Bernardes Sales e Wilson Flávio
248 Lourenço Nogueira. Comenta que a atividade foi bastante representativa e, como
249 encaminhamento da oficina, foi constituído um grupo de trabalho para construir um
250 substitutivo ao Projeto de Lei citado, com convite para membro do CRP 06 compor o
251 referido grupo. **Encaminhamento:** O plenário delibera que o CRP SP participe do GT,
252 indicando que o conselheiro Gustavo de Lima Bernardes Sales faça essa
253 representação institucional. **6.2) XXVI Congresso Nacional ABMP (Associação**
254 **Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da**
255 **Infância e da Juventude)** – Ocorrerá entre os dias 18 e 20 de maio, na cidade de
256 Curitiba (PR), o XXVI Congresso Nacional ABMP (Associação Brasileira de
257 Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude).
258 Serão abordados vários temas relativos ao Estatuto da Criança e do Adolescente,
259 adolescentes em conflito com a lei, escuta especial, entre outros. O Núcleo de Justiça
260 debateu a respeito da inserção do CRP nessa atividade. Avalia que o representante do
261 CRP nessa atividade deve ter proximidade com os temas, ainda que se reconheça que
262 não há diálogo com os representantes da área de direito que, em sua maioria, estarão
263 lá presentes e sugere que se faça panfletagem de um manifesto da AASPTJSP que
264 traz as defesas do CRP SP, cujo texto está sendo produzido pelas psicólogas do Rio de
265 Janeiro: Esther Arantes, Leila Torraca e por um representante da AASPTJSP e também
266 que se divulgue a Nota Técnica sobre Escuta de Crianças e Adolescentes. Aguarda-se
267 o envio da versão final. Não haverá tempo para apresentar esse texto na próxima
268 plenária. O posicionamento do CRPSP é de que não é papel da(o) psicóloga(o) fazer
269 inquirição de crianças. Sobre o Projeto Especial de Escuta nas Varas de Família do
270 TJSP, a conselheira Regiane Aparecida Piva conta que as salas de escuta já estão
271 implantadas e em pleno funcionamento. Há um grupo de psicólogas(os) e assistentes
272 sociais em capacitação. Há acusações de que o CRP está indo contra as crianças,
273 então é necessário avançar no debate sobre o papel da Psicologia nesses casos.
274 **Encaminhamentos:** Quanto ao evento de Curitiba, o plenário entende que o CRP SP
275 deve participar para ter uma visão mais clara sobre quais as tensões da área, ainda que
276 elas estejam mais relacionadas ao campo do direito. Incumbe-se os Núcleos de Justiça
277 e de Criança e Adolescente de definirem a representação institucional do CRP no
278 evento (até duas pessoas). A proposta de panfletagem de manifesto foi acatada pelo
279 plenário, porém o Núcleo de Justiça deverá encaminhar a versão final, quando pronta,
280 para considerações do plenário. **VII) SAÍDA DO COORDENADOR DE SAÚDE**
281 **MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE** - Maria
282 Ermínia Ciliberti informa ao plenário sobre a saída do Coordenador de Saúde Mental,
283 Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, Sr. Valencius Wurch Duarte Filho.
284 Assim, sugere que seja encaminhado ofício ao Ministério da Saúde parabenizando o



285 Ministro pela saída desse coordenador e colocando a expectativa de que a cadeira seja
286 ocupada por alguém comprometido com a trajetória da reforma psiquiátrica
287 antimanicomial. **Encaminhamento:** A plenária deferiu a proposta da conselheira Maria
288 Ermínia Ciliberti e submete ao GT de Saúde Mental para que construa o texto do ofício
289 ao Ministério da Saúde, conforme apontado nesta plenária. **VIII) AVALIAÇÃO DO**
290 **MINISTÉRIO PÚBLICO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO** - Joari Aparecido
291 Soares de Carvalho diz que há coisas específicas da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e
292 outras de leis correlatas ao trabalho de órgãos de justiça. Neste momento, o CRP SP,
293 através do Núcleo Psicologia e Deficiência, está realizando um trabalho de
294 aproximação. Quem representa o CRP no espaço de discussão do tema no Ministério
295 Público é a psicóloga Angela Fernandes Rodriguez Godoy (CRP 06/72479), mas
296 informa que a representação também pode ser feita em conjunto. Pontua, no entanto,
297 que há uma hesitação em relação a esse espaço, pois há dúvidas sobre quais as
298 intenções do Ministério Público do Estado de São Paulo com essa discussão.
299 Aparentemente, o Ministério Público está recebendo muitas dúvidas dos órgãos que
300 estão sendo acionados por ele. Ainda não há uma proposta fechada para atuação
301 nesse espaço, mas este é o contexto. O Núcleo de Psicologia e Deficiência tem a
302 sugestão de que se organize um Encontro Estadual com vistas a debater o impacto da
303 psicologia em 5 (cinco) grandes áreas: justiça, educação, assistência social, saúde e
304 mundo do trabalho. O GT estava aguardando conversa do Núcleo de Apoio Técnico
305 (NAT) do Ministério Público com a promotoria. Guilherme Luz Fenerich conta que, após
306 a confirmação da disponibilidade da promotoria, será disparado o convite para os
307 demais envolvidos para uma reunião, cuja data indicada é 23 de maio próximo, para
308 que essa articulação não fique somente sob responsabilidade do CRP SP. Nesse dia
309 será apresentada proposta do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São
310 Paulo – IMESC que já foi construída a partir de adaptação da LBI. **Encaminhamento:**
311 O Núcleo deverá aguardar o recebimento do convite para a reunião. **IX) GT HISTÓRIA**
312 **E MEMÓRIA – 9.1) Prazo para conclusão do vídeo sobre Relações de Gênero** - O
313 Grupo de Trabalho História e Memória está se debruçando na produção do vídeo da
314 série História e Memória da Psicologia atinente ao tema das Relações de Gênero. Ilana
315 Mountian, que está coordenando o grupo, recebeu o roteiro da empresa licitada para a
316 produção, mas entende que são necessárias muitas modificações. Por esse motivo,
317 pede auxílio do plenário para avaliar se deve dar continuidade a essa tarefa,
318 considerando o prazo, pois a gestão se encerrará em breve. A empresa licitada para a
319 produção desse vídeo não tem cumprindo o prazo acordado contratualmente. Cita-se
320 que o vídeo sobre Relações Raciais foi produzindo em menos de 4 (quatro) meses,
321 pela empresa que venceu a respectiva licitação. **Encaminhamento:** A empresa deverá
322 ser questionada sobre o calendário possível para que o vídeo fique pronto antes do
323 término da gestão. Deverá ser verificado junto à gerência geral se o pagamento da
324 licitação desse vídeo também ocorrerá durante esta gestão, pois este plenário não pode
325 deixar pagamento pendente para a próxima. **9.2) Roteiro do vídeo de Relações de**



326 **Gênero** – Ilana Mountian retoma que no roteiro que recebeu não está clara a relação
327 da psicologia e das questões de gênero. É imprescindível que o plenário aponte as
328 linhas gerais dos vídeos e quais discussões devem estar garantidas. SUGESTÕES DO
329 PLENÁRIO: Correções - Clarificar a divisão dos blocos: primeiramente introduzir a
330 questão, depois apresentar o histórico dessa discussão, sendo que a ênfase do vídeo
331 não deve ser a contextualização e sim a Psicologia. A contextualização deve ser mais
332 pontual: O gênero na organização da profissão e da ciência psicológica e como a
333 psicologia tratou a questão de gênero (quais são as práticas, como trabalhou o tema,
334 etc.). Abordagens necessárias – 1) Inserção de gênero na categoria; 2) Remuneração
335 na Psicologia; 3) A feminização da profissão, considerando as psicólogas marcantes no
336 enfrentamento à ditadura; 4) a revolução sexual tardia da Psicologia em meados das
337 décadas de 1970 e 1980; 5) as bandeiras de descriminalização das drogas; 6) o
338 período da abolição em que as mulheres negras ocuparam o mercado de trabalho por
339 meio das cooperativas (fazer conexão com o vídeo sobre Relações Raciais); 7) Como
340 as teorias e saberes psicológicos naturalizaram essas diferenças de raça, gênero e com
341 isso reafirmaram práticas discriminatórias, 8) Resolução CFP nº 01/99 como um marco
342 da Psicologia; 9) Estatuto da Família, 10) Nome social nas Carteiras de Identidade
343 Profissional (CIPs); e, 11) patologização trans. OUTRAS SUGESTÕES: Que o vídeo
344 possa ser utilizado como instrumento de diálogo em vários locais (exemplo: CRAS).
345 **Encaminhamentos**: Além de aprovar as sugestões apresentadas acima, o plenário
346 também indica que seja contemplado no vídeo: Em relação à estrutura:
347 Contextualização histórica do que acontece na sociedade pontuando os grandes
348 marcos, dando ênfase na relação com a psicologia; considerar que há uma parte do
349 público deste vídeo que não tem familiaridade com o tema, assim, deve-se explicar o
350 tema de forma mais didática; em todo o vídeo se deve trabalhar transversalmente
351 gênero, raça e classe, fazendo interseção entre esses temas. Elementos de Contexto:
352 Marco a partir da década de 1980 - casamento civil, criminalização da homofobia, etc.
353 Mulheres (psicólogas e de outras categorias profissionais): Pesquisadoras, autoras de
354 referência, militantes (como Nalu Farias e Marta Suplicy), lideranças de entidades da
355 psicologia; lideranças em movimentos do campo acadêmico. Produções e ações da
356 Psicologia: naturalização das diferenças de gênero, panorama do CRP no período atual
357 (adoção do nome social, Resolução CFP nº 01/99, discussão da concepção X Estatuto
358 da Família, debate sobre gênero nos planos de educação, violência de gênero,
359 participação na Parada Gay, uso da linguagem gendrada, debate sobre questão
360 transexualidade, aborto). O vídeo deverá trazer os desafios futuros nesse campo e,
361 para isso, deverão ser selecionadas as temáticas de maior interesse. **9.3)**
362 **Entrevistados** - O roteiro foi encaminhado ao Núcleo de Sexualidade e Gênero e GT
363 História e Memória para indicação de pessoas que podem ser entrevistadas para o
364 vídeo. Ilana Mountian traz a solicitação à plenária, para que possam indicar nomes para
365 as entrevistas. **Encaminhamento**: Foram indicadas(os): Ana Mercês Bahia Bock,
366 presidente do Conselho Federal de Psicologia na época da assinatura da Resolução



367 CFP nº 01/99; Janaína Leslão Garcia, conselheira que concedeu entrevista ao Jornal
368 Psi do CRP SP; Monalisa Nascimento dos Santos Barros, membro do grupo de
369 pesquisadoras de Santa Catarina; Silvia Leser de Mello, da Universidade de São Paulo;
370 Mitsuko Aparecida Makino Antunes; Vera Silvia Facciolla Paiva; Edna Maria Severino
371 Peters Kahhale e que busque alguém que explique as ações do CRP SP e outra que
372 fale do projeto desta gestão como um todo, assim como foi feito em outro vídeo da
373 mesma série. **X) ENCONTRO DE SEDE E SUBSEDES E FÓRUM DE GESTORES** – A
374 mesa diretora informa que Encontro de Sede e Subsedes e o Fórum de Gestores serão
375 realizados nos dias 03 e 04 de junho, respectivamente. Lembra que as Oficinas de
376 Racismo Institucional geraram vários encaminhamentos, dentre eles, ajustes nos
377 formulários de atendimento e orientação. Será necessário fazer uma análise dos
378 resultados dessas oficinas realizadas em todas as Subsedes e fechar esse processo no
379 sentido de averiguar que tipo de ação esta gestão deverá implantar. Para realizar essa
380 análise, foram convidados a participar do Encontro de Sede e Subsedes, os membros
381 do Subnúcleo de Psicologia e Relações Raciais e os organizadores das Oficinas. Já
382 para o Fórum de Gestores, foi pactuado que esse espaço será destinado para
383 avaliação da gestão e pactuação das ações que ainda serão realizadas. A Diretoria
384 está fazendo a sistematização das ações que os responsáveis indicaram que realizarão
385 e apresentará durante o Fórum. Ressalta a importância de que seja garantida a
386 presença das(os) conselheiras(os) e gestoras(es) nessas atividades. A conselheira
387 Maria Ermínia Ciliberti informa que não poderá participar dessas atividades, assim,
388 pede que durante o Fórum de Gestores seja feito informe sobre o lançamento da
389 publicação em comemoração aos 35 anos do Jornal do CRP. Para a comemoração do
390 Dia do Psicólogo deste ano será feito o lançamento dessa publicação e o encerrado do
391 Projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar. Entende-se que essa ocasião poderá ser
392 utilizada para fazer os lançamentos das publicações que o CRP produziu. A diretoria
393 disparou um e-mail solicitando que as Comissões Gestoras das Subsedes, a Comissão
394 de Ética, a Comissão de Orientação e Fiscalização, o Núcleo de Criança e Adolescente,
395 o Núcleo de Relações Raciais e o Setor de Atendimento respondam o que a Oficina de
396 Racismo Institucional significou de transformações no cotidiano do CRP SP e como se
397 deram as estratégias de monitoramento e avaliação das ações planejadas nessas
398 oficinas. Adriana Eiko Matsumoto está responsável por fazer o fechamento dessa ação
399 junto aos oficinairos. Os responsáveis pela organização do Fórum de Gestores,
400 conforme definido em plenária anterior, serão: Camila Teodoro Godinho (GT Psicologia
401 Todo Dia em Todo Lugar), Aristeu Bertelli da Silva (Campanha de Direitos Humanos),
402 Gabriela Gramkow (Campanha de 25 Anos do ECA) e Luís Fernando de Oliveira
403 Saraiva. A Diretoria também auxiliará com a organização da atividade.
404 **Encaminhamento:** Deverá ser pauta para a próxima plenária a indicação de alteração
405 de data Fórum de Gestores e Encontro de Sede e Subsedes seguintes. A pauta desse
406 Encontro de Sede e Subsedes será sobre a análise do funcionamento da Comissão de
407 Acompanhamento de Processos Legislativos – CAPL, a fim de deixar registro para a



408 próxima gestão. **XI) CAMPANHA DO ECA** - Gabriela Gramkow informa que a previsão
409 de término das 25 (vinte cinco) rodas de conversa da Campanha de 25 Anos do ECA é
410 13 de julho. Há 10 (dez) programadas e 8 (oito) já foram realizadas. Informa que está
411 no aguardo de retorno das Subsedes de Sorocaba, Ribeirão Preto e Assis. Foi pedido à
412 diretoria intervenção no sentido de conseguir dados relativos às rodas faltantes. Existe
413 um receio de não se cumpra a meta da gestão de realizar as 25 (vinte e cinco) rodas.
414 Citou-se que a Comissão de Políticas Públicas está articulando uma roda do ECA com
415 jovens. Na região metropolitana há duas previstas: uma que está sendo organizada
416 pelo Núcleo de Criança e Adolescente Metropolitano e outra no município de Suzano.
417 **Encaminhamento:** As Comissões Gestoras de Assis, Sorocaba e Ribeirão Preto
418 devem informar o Departamento de Comunicação os dados das rodas planejadas
419 nessas regiões e quais materiais da campanha necessitam para divulgação e
420 distribuição nessas atividades. **XII) FUNDAÇÃO CASA - RELATÓRIO DAS**
421 **FISCALIZAÇÕES** – Gabriela Gramkow informa que o CRP fiscalizou todas as
422 unidades da Fundação Casa selecionadas anteriormente, juntamente com o CRESS
423 SP (Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo. A ideia do Núcleo de Criança e
424 Adolescente é ter um produto final, resultado dessas visitas. O documento será
425 composto por dados quantitativos coletados e terá uma segunda parte que abordará a
426 medida socioeducativa e seus aportes éticos e educativos em que se contemplará
427 também textos de autores convidados e que serão produzidos em linguagem de fácil
428 entendimento e não acadêmica. A linha da publicação, possivelmente, seguirá a da
429 Campanha de Direitos Humanos. Pontua-se que o lançamento dessa publicação
430 poderá ser na última Roda do ECA. O Núcleo de Criança e Adolescente pensou em
431 promover uma audiência sobre o Sistema Socioeducativo na Assembleia Legislativa do
432 Estado de São Paulo. A proposta é convidar o Superintendente de Saúde das unidades
433 da Fundação Casa, Sr. Décio Perroni Ribeiro Filho. Encaminhamentos: O plenário não
434 se opõe às propostas apresentadas pela conselheira Gabriela Gramkow. **XIII) APAF -**
435 **MAIO DE 2016 (Brasília, 21 e 22/05/2016)** – Além dos pontos que devem ser
436 obrigatoriamente debatidos na APAF, a conselheira presidente, Elisa Zaneratto Rosa,
437 propõe que ao plenário que a delegação do CRP SP busque garantir a discussão dos
438 pontos cujos trabalhos já foram finalizados pelos grupos responsáveis ou que já
439 estejam em fase de encaminhamento, quais sejam: a) Aprovação da Resolução que
440 visa instituir e normatizar a Mediação e outros meios de solução consensual de conflitos
441 nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia,
442 regulamentando a criação de Câmara de Mediação no âmbito das Comissões de Ética
443 e alterando a Resolução CFP 006/2007, que institui o Código de Processamento
444 Disciplinar; b) Aprovação da Resolução da Política de Orientação e Fiscalização; c)
445 Revisão da Resolução CFP nº 07/2003 (Documentos Escritos), caso essa já esteja
446 pronta; d) Revisão da Resolução CFP nº 11/12 (Serviços Psicológicos Mediados por
447 TICs); e) Grupo de Trabalho Minuta de Resolução sobre Escuta Psicológica de
448 Crianças e Adolescentes; e, f) Constituição da Campanha de Recadastramento.



449 Contextualiza a questão das Resoluções que foram publicadas pelo CFP sem
450 apreciação e aprovação da APAF. Nesse sentido, que se garanta a discussão dos
451 pontos que envolvem as seguintes Resoluções: Resolução CFP nº 35/2015 (Institui a
452 Comissão Nacional de Assistência Social – Conpas); Resolução CFP nº 002/2016
453 (Regulamenta a avaliação psicológica em concurso público e processos seletivos de
454 natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP nº 001/2002); Resolução CFP nº
455 003/2016 (que inclui o Título de Especialista em Saúde), Revogação da Resolução CFP
456 nº 02/95 (Serviços Psicológicos por Telefone). Outros pontos de igual importância e que
457 também devem ser priorizados: Eleições; Projeto de Lei nº 4364/12 que altera a lei nº
458 5766/71 (normatização da APAF). **13.1) Discussão dos pontos de pauta - Resoluções**
459 **aprovadas pelo CFP sem aprovação da APAF** – O Conselho Federal de Psicologia
460 aprovou duas resoluções sem envolver os CRPs na APAF, por isso, este ponto foi
461 solicitado para discussão na próxima APAF, a fim de garantir o método democrático
462 dentro do Sistema Conselhos. Sobre a Resolução do CONPAS – A Comissão Nacional
463 de Assistência Social – CONPAS já existia quando o Conselho Federal de Psicologia
464 firmou acordo de cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Social. O
465 funcionamento da CONPAS é regido por documento aprovado pelo plenário do CFP.
466 Quando a Comissão começou a funcionar, suas deliberações eram submetidas ao
467 plenário do CFP. Essa comissão, com o caráter nacional, se instituiu entre os anos de
468 2014 e 2015. Na época, este CRP apresentou proposta contra essa criação, uma vez
469 que as decisões seriam exclusivamente do plenário do CFP, o que mantém até o
470 momento. No final de 2015, houve apresentação de regimento e, dentre outras
471 prerrogativas, havia estabelecimento de prazo para os plenários dos CRPs indicarem
472 representantes. O CFP avaliaria tais indicações e também proporia convidadas(os) para
473 compor a Comissão. Não há limite de membros estabelecido, tampouco prazo definido
474 para que sejam pautadas demandas nessa Comissão. No mês passado, uma das
475 pautas dessa Comissão era sobre Nota Técnica de registro de prontuários. Houve
476 proposta de fazer consulta pública para esse documento e não somente enviar aos
477 regionais, o que não ocorreu. E, ainda assim, o plenário do CFP aprovou a Nota. Cita-
478 se que a introdução dessa nota tem cunho político, e cita a participação dos CRPs, mas
479 não se contextualiza o modo de construção do documento. A Nota atribui às COFs dos
480 Regionais a responsabilidade de fazer fiscalização nos serviços da Assistência Social.
481 Há um trecho que relativiza o texto da Resolução CFP nº 07/2003, sendo que o
482 processo de atualização dessa Resolução está em curso. A avaliação é de que há um
483 problema de método e mérito no documento, que tem poder de Resolução. Proposta de
484 encaminhamento: Organizar a participação do Sistema Conselhos na Comissão
485 Nacional de Assistência Social e tornar a Resolução produto do Sistema, porque
486 atualmente se apresenta um modelo verticalizado. A Resolução traz que é uma
487 obrigação dos CRPs terem instâncias que discutam a assistência social e que essas
488 retornem ao CFP, sendo que CRPs menores não conseguem contemplar as exigências



489 que a Resolução prevê. **Encaminhamento:** O entendimento do Plenário é que o CFP
490 tem autonomia para criar Resoluções, mas como especificamente a Resolução CFP nº
491 35/2015 que institui a Comissão Nacional de Assistência Social envolve todo o Sistema
492 Conselhos e não foi oriunda de um processo democrático de construção, deve ser
493 aprovada pelo Sistema em APAF. Deve-se também solicitar que a COF faça análise da
494 Nota Técnica do Conpas para encaminhamento à delegação. O Departamento de
495 Secretaria deverá adicionar informações relativas ao convênio com o Ministério do
496 Desenvolvimento Social às pastas de subsídios da delegação, juntamente com as
497 Resoluções impressas. Resolução de Título de Especialista Saúde - Existia o pleito de
498 reconhecer o título de especialista em saúde ao profissional que faz residência na área
499 da saúde. **Encaminhamentos: Defesa da Delegação:** Ser favorável à Resolução, mas
500 sugerir alteração de texto para que também contemple o tempo de experiência (mínimo
501 de cinco anos), pois no formato publicado está previsto somente comprovação por
502 titulação acadêmica. Resolução de Avaliação Psicológica - Quando o CFP publicou
503 essa resolução a diretoria dialogou com a psicóloga Ana Paula Porto Noronha, que
504 informou que já havia essa previsão na Resolução do Satepsi. **Encaminhamento:**
505 Solicitar que as psicólogas Ana Paula Porto Noronha e Acácia Aparecida Angeli dos
506 Santos, ambas de referência no tema, analisem a Resolução para que possam trazer
507 considerações para a Delegação da APAF. Pontuar que verifiquem especificamente os
508 materiais de subsidio ao ponto e se essa versão proposta altera o que já estava
509 garantido na Resolução anterior. Resolução de Mediação - Todos os destaques feitos
510 por este plenário foram incluídos e estão contemplados nessa minuta de resolução.
511 **Encaminhamentos:** A Coordenadora Técnica Interina Luciana Mantovani conferirá se
512 a última versão enviada pelo CFP SP é a mesma que o grupo do CRP SP que estava
513 discutindo essa demanda trabalhou. **Defesa da Delegação:** Defender a aprovação da
514 Resolução e manifestar que o CRP SP estará à disposição para ajudar o Conselho
515 Federal, caso seja necessário. Resolução do MUORF – A Resolução destituiu o nome
516 MUORF – Manual de Orientação e Fiscalização para adotar o nome de Política de
517 Orientação e Fiscalização. A equipe técnica do CRP SP participou das reuniões do GT
518 Nacional. Essa Resolução será um avanço para o Sistema Conselhos de Psicologia
519 porque tem como foco a orientação e não no papel de poder de polícia. Considera as
520 instâncias democráticas de construção do Sistema. Além disso, o texto da Resolução:
521 incorpora o Termo de Diligência, prevê a possibilidade de uso de instrumentos
522 eletrônicos e qualifica melhor quem são as(os) agentes de orientação. Sobre
523 instrumentalizar o Termo de Ajustamento de Conduta na Resolução: Foi feita proposta
524 de instrumentalizar o TAC na Resolução porque se o profissional o assina o CRP se
525 compromete em não processá-lo, mas o plenário avalia como negativo o CRP SP
526 propor uma nova modificação na minuta durante esta APAF, uma vez que este
527 Regional compôs o GT Nacional e não trouxe esse debate durante a construção do
528 grupo. **Encaminhamentos: Defesa da Delegação:** No texto da Resolução: a) solicitar



529 que se alterem as siglas para nomes completos; b) pontuar que não é fundamental
530 trazer nos considerandos o texto “Pautar-se sempre a partir das decisões feitas nas
531 instancias de APAF e CNP”; c) Levar proposta de alteração no Art. 9 – inciso 10º - de
532 adicionar o seguinte texto: “Promover articulação com Comissões e instâncias do
533 CRP.”; d) Sobre instrumentalizar o TAC - Se no momento de discussão desse ponto na
534 APAF já tiver sido aprovada a Resolução de Mediação dos Processos Éticos, a
535 delegação fará defesa de que também será necessário instrumentalizar o TAC,
536 apresentando o artigo e o anexo que serão acrescidos. Mas, se o debate não for
537 favorável, a delegação deverá retirar a proposta para garantir que a Resolução seja
538 aprovada nesta APAF. Se o assunto TAC não for abordado na APAF, o CRP SP tentará
539 construir uma proposta regionalmente. Resolução de Documentos Escritos –
540 **Encaminhamento:** Conferir com as conselheiras Alacir Villa Valle Cruces e Regiane
541 Aparecida Piva se a minuta final estará pronta a tempo da APAF e informar à
542 Delegação. Revogação da Resolução 02/95 (telefone) - **Defesa da Delegação:** Aprovar
543 a Revogação. Estratégias de denúncias de testes na internet - O reconhecimento de
544 práticas era da academia. Quando foi criado o Satepsi, o reconhecimento passou a ser
545 do Sistema. Há profissionais que desenvolvem testes e não são psicólogas(os). Isso
546 causa várias problemáticas nesse campo de testes. O CFP resolveu que quem deve
547 ser responsável por qualquer ação nessa área são os Regionais. Assim, há um
548 problema de encaminhamento, razão pela qual o CRPSP solicitou que esse assunto
549 fosse pauta. **Defesa da Delegação:** Considerar a contribuição da COF do CRP SP
550 para este ponto. PL Nº 4364/12 que altera a lei nº 5766/71 - **Encaminhamento:** A
551 CAPL entrará em contato com o deputado responsável para questionar sobre o
552 andamento desse PL, manifestando que o CRP tem interesse que o PL seja aprovado,
553 além de expor que ocorrerá a reunião no Sistema Conselhos sobre o assunto e que a
554 diretoria do CRP está à disposição para realização de audiência, a ser realizada, se
555 possível, antes da APAF. Nesse ofício, deve-se incluir todo o material que gerou a
556 mobilização de alteração do PL. GT Minuta de Resolução sobre Escuta de CCA -
557 **Defesa da Delegação:** O plenário avalia que o caminho para cuidar dessa pauta não
558 de ser por meio de Resolução. A conselheira Regiane Aparecida Piva enviará para a
559 delegação e-mail informando se há outras ações pensadas pelo GT, quais são elas e
560 as que o CRP deverá defender. GT para Construir a Campanha de Recadastramento -
561 Refere-se às peças que serão criadas para a Campanha Nacional de
562 Recadastramento, que buscará atualizar o nome, endereço e os dados relacionados às
563 práticas profissionais. Informa-se que não estava sendo possível fazer atualização de
564 dados no *site* do Cadastro Nacional. **Encaminhamentos:** O conselheiro José Agnaldo
565 Gomes encaminhará mais subsídios para a delegação sobre este ponto. Eleição - São
566 duas comissões no CFP que cuidam das eleições: Comissão Eleitoral Regional e
567 Comissão Eleitoral Especial. Tem dúvidas se é preciso afinar o debate sobre o uso da
568 estrutura dos regionais de modo a não caracterizar campanha Talvez a CEE deva
569 estabelecer tais limites. O plenário entende que não se pode fazer propaganda a favor



570 de uma ou de outra chapa. Portanto, é a Comissão Eleitoral Especial que pauta e
571 deverá apontar quando a gestão está fazendo uso da máquina irregularmente, quando
572 for o caso. **Defesa da Delegação** – Não discutir critérios sobre uso da estrutura dos
573 regionais, mas perguntar sobre: como será o teste de votação, qual o sistema que será
574 utilizado, quando haverá a divulgação do prazo para Cadastro, como será a eleição
575 simulada, qual prazo para divulgação dos locais de votação e sobre a segurança do
576 sistema. Demais pontos de pauta solicitados pelo CRP SP: Indica-se como deverá ser
577 a ação da delegação do CRP SP se estes pontos não forem discutidos, sob a
578 justificativa de que a APAF não está conseguindo deliberar sobre assuntos
579 remanescentes há muito tempo, a saber: Plano de Contingências – marcar que o CRP
580 SP está à disposição para ajudar na discussão; Atendimento a Pessoas com
581 deficiências – Tem relação com a Lei Brasileira de Inclusão. É importante o CRP SP
582 assuma esse ponto o quanto antes. Os demais pontos pautados pelo CRP SP são
583 Criação do GT de Revisão da Resolução CFP Nº 006/2007 (Código de Processamento
584 Disciplinar) e Aumento do Plenário. **Defesa da Delegação:** Visando garantir a
585 continuidade desses assuntos, a estratégia de encaminhamento será o de destacar que
586 o CNP deve ser o guia e o balizador das ações do Sistema Conselhos, sem que se
587 perca a especificidade de cada área. Relacionando com os encaminhamentos do VIII
588 CNP, deve-se buscar adotar um novo método de trabalho que seja o de criar grupo que
589 absorva as propostas aprovadas no CNP, reconhecendo que o Sistema Conselhos
590 também precisa se manter atualizado. Além disso, propor também que a APAF que
591 será realizada em maio se faça o monitoramento e balanço das ações. **XIV)**
592 **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA – DIPLOMA (PORTARIA CRP-06 Nº. 017/15, DE**
593 **07/07/2015)** – Joari Aparecido Soares de Carvalho esclarece que foi recebido um
594 documento que deve ser incorporado ao relatório final da Comissão de Sindicância.
595 Haverá nova reunião da Comissão para tratar disso. **Encaminhamento:** Deliberou-se
596 pela prorrogação de prazo para encerramento dos trabalhos por mais 30 dias. **XV)**
597 **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA - DESAPARECIMENTO DE VALORES (PORTARIA**
598 **CRP-06 Nº. 035/15, DE 16/11/2015)** - **Encaminhamento:** Tendo sido solicitado
599 adiamento de prazo, o plenário deliberou-se pela prorrogação de prazo para
600 encerramento dos trabalhos por mais 30 dias. **XVI) RECOMPOSIÇÕES DE**
601 **COMISSÕES E NÚCLEOS – 16.1) Recomposição de Comissão Gestora – Subsede**
602 **Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Por solicitação da própria psicóloga, se indica a
603 exclusão, como membro da Comissão Gestora da Subsede Vale do Paraíba e Litoral
604 Norte, de Marcia Cristina Gonçalves de Oliveira Frassão (CRP 06/16022), com a
605 substituição por Bruna Lavinias Jardim Falleiros (CRP 06/87314). **Subsede de Ribeirão**
606 **Preto** – Pede-se a inclusão do psicólogo Fernando Calzavara de Oliveira (CRP
607 06/67728) para compor a Comissão Gestora da Subsede de Ribeirão Preto, na
608 condição de membro, em substituição à Beatriz Cristina da Silva (06/123596).
609 **Encaminhamento:** Tendo sido referendado pelo plenário as alterações suscitadas, o



610 departamento de secretaria deverá elaborar as respectivas Portarias. **16.2) Outras**
611 **Recomposições** - Núcleo de Saúde da Subsede de Assis – Indica-se, na condição de
612 colaboradores, os seguintes profissionais: Michelle Manarim de Brito (CRP 06/98818),
613 Melvim Kazuo de Paiva Eto (CRP 06/115066) e Juliana Paula de Oliveira (CRP
614 06/104786). Comissão de Ética – Indicado como membro da COE, Dario Henrique
615 Teófilo Schezzi (CRP 06/69246) e indicadas(os) enquanto Colaboradores de Comissão
616 de Instrução - **Região Metropolitana**: Debora Cavalcanti Halfon (CRP 06/81240) e
617 Patrícia Ferraz da Silva (CRP 06/128866); **Subsede de Ribeirão Preto**: Ana Roberta
618 Prado Montanher – (CRP 06/74406), Ariel Barato Gomyde (CRP 06/110958), Beatriz
619 Marques de Mattos (06/108613) e Luciana Stoppa dos Santos (CRP 06/78466).
620 Comissão de Políticas Públicas – O conselheiro Dario Henrique Teófilo Schezzi (CRP
621 06/69246) solicita a sua exclusão da Comissão de Políticas Públicas do CRP SP.
622 Núcleo de Assistência Social – Indica-se a inclusão para compor o Núcleo de
623 Assistência Social na condição de membros: Laura Vilela e Souza (CRP 06/74033), de
624 Ribeirão Preto e Tayna Alencar de Souza (CRP 06/83455), da Baixada Santista. Indica-
625 se também a exclusão de Igor da Costa Borysow (CRP 06/89262), da Baixada Santista,
626 a pedido dele. Subnúcleo de Sexualidade e Gênero – É solicitada as inclusões da
627 psicóloga de nome social Leona Molaia (CRP 06/125036) para compor o SubNúcleo na
628 condição de membro e da psicóloga Marcia Cristina Gonçalves de Oliveira Frassão
629 (CRP 06/16022), como colaboradora. **Encaminhamento**: O plenário não se opôs às
630 inclusões e exclusões dos coletivos suscitados. **XVII) APRECIÇÃO DE PROCESSOS**
631 **PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – O conselheiro secretário submeteu ao plenário a
632 aprovação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas neste CRP SP.
633 **Encaminhamento**: Pessoa física - 324 (trezentos e vinte e quatro) inscrições novas; 63
634 (sessenta e três) reativações; 6 (seis) inscrições secundárias; 19 (dezenove) inscrições
635 por transferência, 98 (noventa e oito) cancelamentos a pedido, 5 (cinco) cancelamentos
636 por óbito, 17 (dezesete) cancelamentos por transferência, 02 (dois) cancelamentos de
637 inscrição secundária e 68 (sessenta e oito) cancelamentos por não apresentação de
638 diploma; Pessoa jurídica – 16 (dezesesseis) registros; 08 (oito) cadastros; 01 (uma)
639 alteração contratual; 2 (dois) cancelamentos a pedido. Total geral de processos
640 aprovados para pessoa física e jurídica: 629 (seiscentos e vinte e nove), conforme folha
641 anexa que é parte integrante desta ata. **XVIII) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
642 **ESPECIALISTA** – O plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas(os) para
643 aprovação do título de especialistas. **Encaminhamento**: Na modalidade Concursos
644 foram **deferidos**: 02 (dois) em Psicologia Jurídica, 01 (um) em Psicologia Clínica. Na
645 modalidade cursos de Instituição de Ensino Superior, **deferiram**: 01 (um) na área de
646 Psicologia Escolar/Educacional, 12 (doze) na área de Psicologia do Trânsito, 06 (seis)
647 na área de Psicologia Clínica, 01 (um) na área de Psicologia Hospitalar, 01 (um) na
648 área de Psicopedagogia, 01 (um) em Neuropsicologia e 01 (um) na área de Psicologia
649 em Saúde. Na modalidade curso credenciado foram **deferidos**: 11 (onze) na área de
650 Psicologia do Trânsito, 04 (quatro) na área da Psicologia Clínica, 07 (sete) na área de



651 Psicologia Hospitalar e 04 (quatro) na área de Neuropsicologia. Total geral de títulos de
652 especialistas homologados: 53 (cinquenta e três), conforme folha anexa que é parte
653 integrante desta ata. **XIX) CREDENCIAMENTO DE SITES** – Foram apresentados ao
654 plenário os pedidos de credenciamento de site analisados. **Encaminhamento:** O
655 plenário concedeu parecer favorável aos pedidos com os seguintes protocolos:
656 806733724 (CRP 06/99198 e 4660/J), 306823431 (CRP 06/80030), 306221161 (CRP
657 06/113828) e 706423188 (CRP 06/127761), parecer desfavorável ao pedido com o
658 seguinte protocolo 306423135 (CRP 06/76193) e cancelou o pedido para obtenção de
659 selo para o protocolo 006507975 (CRP 06/91938), conforme folha anexa que é parte
660 integrante desta ata. **XX) PAUTAS PARA AS PRÓXIMAS PLENÁRIAS ORDINÁRIAS**
661 – O plenário define que deverá ser pauta das próximas plenárias ordinárias as
662 seguintes pautas: Infraestrutura das Plenárias Éticas e Renomeação de Processo Ético
663 de Julgamento. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta deu por
664 encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário José Agnaldo Gomes, lavrei a
665 presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo,
666 sete de maio de dois mil e dezesseis.

Aristeu Bertelli da Silva

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Elisa Zaneratto Rosa

Maria Ermínia Ciliberti

Gabriela Gramkow

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Graça Maria de Carvalho Camara

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Lívia Gonsalves Toledo

Ilana Mountian

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Regiane Aparecida Piva

José Agnaldo Gomes

Sergio Augusto Garcia Junior

Luís Fernando de Oliveira Saraiva